Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Exame de Direito da União Europeia – Noite

(Exame – Época Especial – 04.09.2025)

Regência: Prof. Doutor Francisco Paes Marques

I

Resolva a seguinte hipótese:

Em janeiro de 2024, Maria, brasileira, quando viajava pela França, deu à luz a sua filha, Ana, que, por força da lei de nacionalidade desse Estado-Membro, adquiriu a nacionalidade francesa.

Pretendendo mudar-se com Ana para Berlim, Maria submeteu um requerimento de residência à Administração alemã. No entanto, esta indeferiu o requerimento, alegando que (i) a forma como Ana adquiriu a nacionalidade francesa não é admissível à luz do regime jurídico alemão, pelo que Ana não pode beneficiar do direito de residir na Alemanha que assistiria a um nacional de um Estado-Membro; e que (ii) Maria, uma vez que nem sequer possui qualquer “nacionalidade europeia”, muito menos pode residir na Alemanha como se fosse um nacional da União Europeia.

- a) Comente os argumentos invocados pela Administração alemã. **(4 valores)**

Critério de correção:

A resposta deve demonstrar um bom conhecimento sobre a matéria da cidadania da União Europeia, em especial no que respeita ao direito à livre circulação, tendo em conta, *maxime*, o artigo 9.º do TUE, o artigo 20.º/1 e o artigo 21.º do TFUE, o artigo 45.º da CDFUE e a Diretiva 2004/38/CE.

Jurisprudência relevante para a resolução do caso de Ana: Acórdão *Micheletti*.

Jurisprudência relevante para a resolução do caso de Maria: Acórdão *Zhu e Chen*.

Imagine-se agora que o problema de residência suprarreferido está ultrapassado. No mês passado, Maria inscreveu Ana num jardim de infância privado. Contudo, veio a descobrir que o funcionamento desse jardim de infância não está em conformidade com as regras imperativas de uma diretiva que, porém, ainda não foi transposta tempestivamente pelo Estado alemão.

- b) Pode Maria exigir ao estabelecimento educativo privado em causa o cumprimento imediato da mencionada diretiva? **(4 valores)**

Critério de correção:

A resposta deve demonstrar um bom conhecimento sobre as características da diretiva, considerando, *maxime*, o artigo 288.º do TFUE. Em particular, exige-se uma análise adequada quanto à possibilidade de a diretiva em causa beneficiar do “efeito direto” e quanto à (im)possibilidade de uma diretiva produzir “efeito direto horizontal” (Acórdãos *Van Duyn*, *Hansa*, *Marshall* entre outros).

II

Responda, de forma desenvolvida e fundamentada, às seguintes duas perguntas:

- 1) No Direito da União Europeia, um regulamento é necessariamente um ato legislativo? **(4 valores)**

Critério de correção:

A resposta é negativa, cuja devida fundamentação exige uma análise desenvolvida sobre as normas dos Tratados relevantes nesta matéria, nomeadamente os artigos 288.º e 289.º do TJUE.

- 2) Quais são a origem, o fundamento, o sentido, os limites e as formas de concretização do primado do Direito da União Europeia? **(8 valores)**

Critério de correção:

A resposta deve demonstrar um bom conhecimento sobre o primado do Direito da União Europeia, incluindo a análise da jurisprudência relevante nesta matéria (Acórdãos *Costa v. Enel*, *Simmental*, *Internationale Handelsgesellschaft*). Devem ser abordados os principais temas conexos, designadamente a natureza jurídica da União Europeia, a teoria da preferência aplicativa, as limitações resultantes da teoria dos

atos *ultra vires* e do princípio do respeito pela identidade constitucional dos Estados-Membros, bem como o mecanismo do reenvio prejudicial e a responsabilidade civil dos Estados-Membros por violação do Direito da União Europeia.

Duração: 90 minutos